



CAMAÇARI-BA
Cuidador Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	2
Domínio da ortografia oficial.....	6
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	7
Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras.....	9
Domínio da estrutura morfossintática do período.....	16
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	19
Emprego dos sinais de pontuação.....	26
Concordância verbal e nominal.....	29
Regência verbal e nominal.....	31
Emprego do sinal indicativo de crase.....	33
Colocação dos pronomes átonos.....	35
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	36
Significação das palavras.....	38
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	39
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	40
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	40
Exercícios.....	40
Gabarito.....	58

INFORMÁTICA

Conceito de Internet e intranet. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/intranet. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação,.....	1
de correio eletrônico,.....	7
de grupos de discussão.....	10
de busca, de pesquisa.....	12
de redes sociais.....	14

SUMÁRIO



ferramentas colaborativas.....	18
Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	20
Identificação e manipulação de arquivos.....	47
Backup de arquivos.....	51
Conceitos básicos de hardware (placa-mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento (HDs, CDs e DVDs). Periféricos de computadores.....	52
Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc).....	56
Exercícios.....	76
Gabarito.....	81

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município de Camaçari.....	1
Constituição Federal. Princípios Fundamentais.....	32
Direitos e garantias fundamentais.....	34
Organização do Estado. Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.....	51
Organização dos poderes Poder Legislativo.....	74
Poder Executivo: Presidente e do Vice-Presidente da República, atribuições do Presidente da República, responsabilidade do Presidente da República.....	89
Poder Judiciário: disposições gerais.....	93
Lei nº 407/1998 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Camaçari – e suas alterações.....	116
Exercícios.....	150

NOÇÕES DE MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: números inteiros, racionais e reais.....	1
Sistema legal de medidas.....	14
Razões e proporções. Divisão proporcional. Regras de três simples e compostas. ...	20
Porcentagens.....	29
Equações e inequações de 1º e de 2º graus.....	31
Sistemas lineares.....	37
Funções e gráficos.....	44
Princípios de contagem.....	49
Progressões aritméticas e geométricas.....	52
Compreensão de estruturas lógicas.....	56
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	58
Diagramas lógicos.....	59

SUMÁRIO



Princípios de contagem e probabilidade.....	63
Raciocínio lógico.....	65
Exercícios.....	75
Gabarito.....	82

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Relações de afetividade da família e da escola.....	1
Higiene da criança. Cuidados essenciais.....	5
A criança e seu espaço.....	19
Prevenção de acidentes.....	24
Cuidar e Educar.....	28
Alimentação. Alimentos: importância dos alimentos para saúde, contaminação (microrganismos, doenças e intoxicações), rotulagem de produtos nutrientes, medidas caseiras.....	31
Higiene.....	47
Prevenção.....	47
Espaço na creche.....	48
Rotina.....	48
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	54
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.....	124
Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.....	124
Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil.....	125
Exercícios.....	125

SUMÁRIO



ORTOGRAFIA OFICIAL

• **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

• **Trema:** Não se usa mais o trema (¨), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos *gue, gui, que, qui*.

Regras de acentuação

– Não se usa mais o acento dos ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

<u>Como era</u>	<u>Como fica</u>
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

Atenção: essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento: Ex.: papéis, herói, heróis, troféu, troféus.

– Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

<u>Como era</u>	<u>Como fica</u>
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

Atenção: se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

– Não se usa mais o acento das palavras terminadas em êem e ôo(s).

<u>Como era</u>	<u>Como fica</u>
abenção	abençoo
crêem	creem

– Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

- Permanece o acento diferencial em pôde/pode.
- Permanece o acento diferencial em pôr/por.
- Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos ter e vir, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.).
- É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma.

Uso de hífen

Regra básica:



Internet

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra-ótica, wireless, etc.).

World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

Protocolo de comunicação

Transmissão e fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

Considerando ainda o protocolo TCP/IP, pode-se dizer que:

¹ <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%E7ado.pdf>



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BA.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Camaçari, pessoa jurídica de direito público interno, integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil, dotado de autonomia política, administrativa, funcional e financeira, nos termos da Constituição do Estado da Bahia e da presente LEI ORGÂNICA.

Art. 2º O Município tem sede na cidade que lhe dá nome e é composto pelas vilas, distritos e povoados nele situados, podendo, ainda, dividir-se em novos distritos, cuja criação dar-se-á por lei municipal, observados os critérios da legislação estadual específica.

Art. 3º São símbolos municipais a bandeira, o brasão e o hino, representativos de sua cultura e história.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º O Município de Camaçari, organizado dentro do estado social democrático e humanitário de direito, preservará, dentre todos os princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil, os seguintes princípios:

I - a dignidade da pessoa humana e os direitos dos cidadãos, combatendo-se todas as formas de discriminação ou restrições de direito em razão da raça, sexo, idade, credo, ideologia e por origem de nascimento;

II - a participação popular na gestão da coisa pública;

III - o fortalecimento do municipalismo, pela adoção de medidas que visem a aumentar a representação do Município, a sua autonomia e o seu nível de participação nas ações e decisões do Estado e da União;

IV - o cooperativismo intermunicipal, pela ação consorcial com municípios limítrofes ou com interesses comuns;

V - a integração do Município com a manutenção do equilíbrio entre zonas urbanas e rurais, através de políticas distributivas que visem a corrigir desigualdades;

VI - a garantia da qualidade de vida pela integração harmônica do meio ambiente com o desenvolvimento sócio-econômico

TÍTULO III

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 5º Constituem patrimônio do Município os seus direitos, os bens móveis e imóveis do seu domínio, as rendas por ele auferidas.

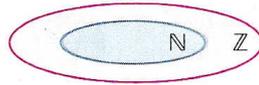
§1º Os bens imóveis do Município terão sempre a utilização mais ampla possível, evitando-se a disponibilidade ociosa, cabendo ao Executivo assegurar o seu aproveitamento, inclusive em atividades diferenciadas, observados os preceitos legais.

§2º O uso de veículos, equipamentos, máquinas e instrumentos Públicos será definida em lei própria, que estabelecerá critérios de sua utilização.

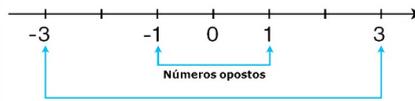


NÚMEROS INTEIROS

Definimos o conjunto dos números inteiros¹ como a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto é denotado pela letra Z (Zahlen = número em alemão).



$$Z = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$



$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$$

O conjunto dos números inteiros possui alguns subconjuntos notáveis:

Atenção: A nomenclatura utilizada abaixo pode interferir diretamente no contexto de uma questão, tome muito cuidado ao interpreta-los, pois são todos diferentes (Z_+ , Z_- , Z^*).

- O conjunto dos números inteiros **não nulos**:

$$Z^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

$$Z^* = Z - \{0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não negativos**:

$$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

Z_+ é o próprio conjunto dos números naturais: $Z_+ = N$

- O conjunto dos números inteiros **positivos**:

$$Z_+^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não positivos**:

$$Z_- = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1, 0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **negativos**:

$$Z_-^* = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1\}$$

Módulo: chama-se módulo de um número inteiro a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $|\cdot|$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +7 é 7 e indica-se $|+7| = 7$

O módulo de -9 é 9 e indica-se $|-9| = 9$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

¹ IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único

IEZZI, Gelson - Fundamentos da Matemática – Volume 01 – Conjuntos e Funções



Educação Infantil

Aspectos Históricos e Legais

Considerando o ponto de vista histórico, a educação da criança sempre esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, uma vez que era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. A trajetória de Educação Infantil sempre esteve ligada ao conceito de infância que o homem construiu ao longo da história, e consequentemente as políticas voltadas para esta faixa etária.

Na sociedade medieval, segundo Farias¹, o sentimento de infância não existia, por isso não se considerava a criança com suas características particulares, próprias da sua idade. Ela era considerada um adulto em miniatura, e, por essa razão, assim que tinha condições de viver sem os cuidados constantes de sua mãe ou ama, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia destes, participando de jogos e situações de procedência tipicamente adulta.

Até o século XVII, as condições gerais de higiene e saúde eram precárias e certamente a mortalidade infantil era muito grande, por causa da fragilidade das crianças pequenas. A partir do século XVII, houve uma mudança considerável no modo de ver a criança. Esta deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida, diretamente, mediante o contato com eles. Anteriormente via-se a criança como um ser primitivo, irracional, não pensante. Atribuía-se a ela modos de pensar e sentimentos anteriores à lógica e aos bons costumes. Era preciso educá-la para desenvolver nela o caráter e a razão.

Na realidade, não podendo compreendê-las naquilo que as caracterizavam, instituiu-se um padrão adulto para estabelecer julgamentos, ao invés de entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade do seu pensamento. Pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas, preparadas para a vida adulta. Tratava-se de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto, do que preparada para a vida adulta. Essa preparação se fazia em etapas e exigia-se cuidados. Esta foi a concepção da educação, que trilhou no século XIX.

O fato é que durante um longo período de tempo as instituições infantis brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança. A década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das instituições infantis para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970. A partir desse período, as instituições passaram a ser pensadas e reivindicadas como lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos.

É necessário considerar que todo o avanço histórico, cultural e político é uma conquista decorrente de dura e árdua luta do povo. A creche não foi um benefício concedido gratuitamente ao povo brasileiro. Foi uma conquista dos operários que, organizados, passaram a protestar contra as precárias condições de vida e de trabalho. Os empresários procurando enfraquecer os movimentos dos trabalhadores começaram a conceder algumas creches e escolas maternas para os filhos deles.

Segundo Rizzini², no Estado de São Paulo, em fins de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternas, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos dos operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para as crianças. As poucas empresas que se propunham a atender aos filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches.

De acordo com Oliveira et al³, somente a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) criada por Getúlio Vargas em 1943, é que prevê a organização de berçários pelas empresas com a intenção de cuidar das crianças no período de amamentação.

1 FARIAS, M. (2005) *Infância e educação no Brasil nascente*. In: VASCONCELOS, V. M. R. (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A.

2 RIZZINI, I. (2000). *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula.

3 OLIVEIRA, Z. M. et al. (2001). *Creches: crianças, faz de conta e Cia*. Petrópolis: Vozes.